

6ª. Reunião preparatória do Comitê de Acompanhamento do TAC do caso Hydro

Aos vinte e oito dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte, às 14h30, de forma virtual, por meio da plataforma Zoom, realizou-se a 6ª Reunião preparatória do Comitê de Acompanhamento do TAC da Hydro. Participaram da reunião os seguintes membros do Comitê: Ricardo Augusto Negrini (Ministério Público Federal), membro titular; Erica Almeida de Sousa (Ministério Público Estadual - MPPA), membro titular; Marcelo Moreno (Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS), membro suplente; José Edson Maciel (Alunorte Alumina do Norte do Brasil S/A), membro titular; Eduardo Romano Bustamante (Norsk Hydro Brasil), membro titular; Juliana Nobre Soares (Secretária de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Barcarena - PMB), membro titular; Jackeline Sales (Representante da Sociedade Civil – Região de Interesse 2), membro titular; Mário Santos (Representante da Sociedade Civil – Região de Interesse 1 – Comunidades Quilombolas e Tradicionais), membro titular. Participaram, ainda, os convidados externos: Marcelo Montini (Responsável pelo Programa P&D para utilização de resíduo de Bauxita da Hydro), convidado da Hydro; Paschoal Cataldi, convidado da Hydro; Cleber Silva (Químico, membro do Comitê Técnico do TAC), convidado do Comitê de Acompanhamento do TAC; Procurador Jorge Maurício Porto Klanovicz (Novo titular do caso Hydro), convidado do MPF. Além destes participantes, representando a Secretaria Executiva do Comitê estavam as seguintes pessoas: Edane França Acioli e Lanna Beatriz Lima Peixoto (IEB). Os membros presentes receberam a formalização do convite via E-mail expedido pela Secretaria Executiva do Comitê, em 27 de julho de 2020, onde também constava a data e pauta desta reunião, aprovada durante a reunião antecedente, do dia 30 de junho de 2020. Antes do início da pauta, Edane Acioli fez uma breve explicação com instruções iniciais acerca da dinâmica de reuniões em espaços virtuais e a utilização da plataforma Zoom. Dando início aos trabalhos, o Procurador da República do MPF, Dr. Ricardo Negrini declara a Abertura da 6ª Reunião do Comitê de Acompanhamento do TAC. Adentra-se no primeiro ponto de pauta: **1) Temas ordinários. 1.1) Aprovação da ATA da Reunião do dia 30.06.2020.** Jackeline Sales e Eduardo Bustamante fazem sugestões de alteração no texto apresentado. **Fica acordado que a ata com os ajustes indicados será enviada por E-mail aos membros pela Secretaria Executiva com um prazo estipulado de uma semana para aprovação dos membros.** Em seguida, passa-se ao item **1.2) Leitura dos encaminhamentos pendentes da última Reunião do CA.** O primeiro encaminhamento pendente tratado foi o **1.2.1) Envio de um cronograma para a entrega dos pareceres dos Termos de Referência.** Marcelo Moreno informa que a Semas interagirá com o IEB nas próximas semanas para tratar do assunto e se compromete com **a entrega de uma planilha com o andamento de cada item analisado e o prazo específico de análise de cada termo na primeira semana de agosto. Os primeiros Termos de Referência aprovados serão compartilhados ainda na primeira semana de agosto e o restante será enviado ao longo do mês de agosto na medida em que forem sendo elaborados os pareceres pela equipe.** Ele pede desculpas e

paciência pelo atraso e informa que agora a Semas dispõe de uma equipe fixa para trabalhar e recuperar o atraso. Mário Santos diz que este atraso prejudica as comunidades e relembra que o período de espera já dura um ano. Argumenta que todos os membros são cobrados por seus interlocutores pela celeridade de implementação do TAC e os membros da sociedade civil são cobrados por suas comunidades. Declara que o atraso da Semas pode estar custando vidas. Ricardo Negrini reforça o posicionamento de Mário Santos. Ele ressalta que é importante lembrar que há pessoas precisando, pessoas doentes, esperando a avaliação das auditorias que podem levar essas pessoas a um tratamento, ou a outra medida prevista no TAC. Estas medidas dependem das auditorias pendentes. Ricardo Negrini diz, ainda, que estes termos já foram analisados pelos técnicos da Semas que compõem o Comitê Técnico do TAC, portanto, a Semas tem conhecimento do que está sendo discutido nestes termos. **1.2.2) Envio de sugestões ao plano de aplicação do recurso das multas no FEMA pelos membros do Comitê de Acompanhamento à Semas, que irá sistematizar e apresentar ideias iniciais de composição do Plano de Aplicação.** Sobre este assunto, fica encaminhado que continua aberto o prazo para envio de sugestões para o Plano de Aplicação. Sobre os pontos **1.2.3) Internalização junto à Prefeitura de Barcarena da questão sobre o reconhecimento no PDDU das áreas de ocupação tradicional e quilombola, e esclarecimentos acerca da definição de Distrito Industrial a ser considerada no Plano de Aplicação dos recursos do FEMA e 1.2.4) Apresentação de cronograma detalhado da empresa Águas de São Francisco de expansão da rede de abastecimento,** Edane informa que os documentos referentes a estes itens foram enviados pela Prefeitura de Barcarena à secretaria executiva, que enviou aos membros. Mário Santos informa que os documentos apresentados pela Prefeitura já são de conhecimentos de todos. Ele explica que o questionamento feito à Juliana Nobre foi se a Prefeitura tem uma explicação acerca do motivo das áreas quilombolas não serem reconhecidas no PDDU, que apresenta essas áreas como “Área de interesse industrial” e “Área de expansão urbana”. Para Mário Santos, isto demonstra que a Prefeitura já tem um projeto para estes territórios. De acordo com ele, a questão posta anteriormente foi se, diante de todos esses documentos referentes ao autorreconhecimento e à titulação quilombola recebidos, a prefeitura tem a intenção de modificar o PDDU vigente e reconhecer os territórios quilombolas. Juliana Nobre informa que a intenção de enviar os documentos foi de munir o Comitê de Acompanhamento do TAC de informações sobre o assunto. **Informa que o PDDU vai passar por revisão e neste processo, vai ser levado em consideração a questão deste reconhecimento, isto já está sendo discutido dentro do governo.** Acerca do cronograma de expansão da empresa Águas de São Francisco, Jackeline Sales observa que a planilha enviada pela Prefeitura compreende somente informações sobre a expansão nas comunidades da Região de Interesse 2. Porém, a abrangência da atuação da empresa é muito maior do que esta área, portanto, seria importante o envio de um cronograma completo, referente a todo o município. **Juliana Nobre diz que a prefeitura pode disponibilizar o cronograma completo na próxima semana.** O próximo encaminhamento pendente tratado foi a **1.2.5) Adaptação da apresentação da Práxis pelo IEB para ser um instrumento de comunicação oficial do Comitê de Acompanhamento.** Foi estipulado prazo de 10 dias para elaboração do material pelo IEB, que enviou aos membros, coletou contribuições e alterou o que foi solicitado. Porém, Mário e Hydro se posicionaram contra à publicação do vídeo. A Hydro informou que alguns dados e fotos não poderiam ser utilizados, pois não havia autorização da empresa Práxis para ampla divulgação. Por estas questões, o assunto foi trazido para

avaliação dos membros do Comitê de Acompanhamento durante esta reunião. Mário Santos explica o motivo pelo qual se posicionou contra à divulgação, enfatizando que o material não traria novas informações à população, que continuaria esperando por tempo indeterminado pela efetivação da terceira fase do cartão. Ele entende que este trabalho também não deveria ser executado pelo IEB, pois é de responsabilidade da Hydro e da empresa Práxis. Neste momento se manifesta a favor da divulgação do material elaborado pelo IEB, enfatizando a necessidade de veicular informações sobre o assunto para a população e a necessidade de disponibilização de um número de atendimento pela Práxis para receber os questionamentos das comunidades. Jackeline Sales também se posiciona a favor da divulgação do vídeo, reforçando a grande procura por informações sobre o assunto pelos moradores. Diz que a própria Práxis poderia ficar responsável por essa divulgação, disponibilizando um canal de 0800 para atendimento das dúvidas. Eduardo Bustamante informa que a objeção da Hydro foi com relação ao formato e à linguagem, mas ele reforça que a empresa concorda com os representantes da sociedade civil sobre a necessidade de se compartilhar esclarecimentos, com ajustes de conteúdo. Eduardo também concorda com a colocação do Sr. Mário, que este tipo de conteúdo precisa ser produzido pela empresa. Propõe que a Hydro pode absorver e encaminhar internamente esta questão, já com a inclusão do 0800 e outras sugestões. Propõe também que este encaminhamento seja tido como um direcionamento de entendimento para o Comitê de Acompanhamento em outros casos similares. Processos que são de responsabilidade da Hydro, que a própria empresa fique responsável pela divulgação do material, evitando, assim, determinadas discussões e dificuldades de aprovação de peças. Jackeline Sales observa que o material a ser divulgado deve ser didático, tal qual o vídeo desenvolvido pelo IEB, que continha uma série de informações importantes às comunidades sobre como vai se dar a terceira fase da ação. Enfatiza que o material produzido não deve conter apenas informações vagas. Mário Santos complementa que a peça deve ter uma linguagem acessível e tenha objetivo de dirimir as principais dúvidas dos moradores. Edane Acioli diz que pode compartilhar com a Hydro o vídeo produzido pelo IEB, caso seja de interesse da empresa utilizar algum dos materiais do vídeo produzido pela equipe de comunicação do IEB. **Fica acordado o prazo de dez dias para que a Hydro apresente uma proposta de material sobre a terceira fase do cartão-alimentação.** Edane Acioli lembra, ainda, que ficou pendente o mapa da área de abrangência das auditorias. Ricardo Negrini diz que a Hydro pode enviar por e-mail ainda esta semana os mapas. Eduardo Bustamante lembra que os mapas estão dentro dos Termos de Referência e que se já serão enviados os termos é melhor aguardar para não repassar informações descontextualizadas. Eduardo reforça que os mapas estão relacionados ao conteúdo de cada Termo de Referência, que o contextualiza, acrescenta que é importante que todo o mapa seja compartilhado com sua contextualização e referência. Ricardo Negrini mantém a solicitação, por não haver objeção no compartilhamento de mapas das áreas de estudo aos membros do CA, assim, **Eduardo Bustamante pede que seja encaminhada a solicitação por e-mail à Hydro, uma vez que os Termos de Referência ainda não foram aprovados.** Em seguida, passa-se ao próximo ponto de pauta: **2) Atualização do status de implementação do TAC, 2.1) Programa de Pesquisa e Desenvolvimento a partir do Resíduo de Bauxita (Item 8.13 do TAC).** Este ponto foi conduzido pela Hydro e foi estruturado por Marcelo Montini, responsável pelo Programa de P&D para utilização de resíduo de Bauxita da Hydro, a partir das questões feitas pelos membros na última reunião do Comitê de Acompanhamento. Questão 1. Esse projeto é para trabalhar com matéria-prima do filtro prensa apenas? E o material do DRS-1, vocês

não vão trabalhar com ele na pesquisa? Marcelo Montini reforça que o objetivo do Programa de Pesquisa de Desenvolvimento da Hydro é criar uma plataforma técnica e tecnológica que permita a utilização da matéria-prima do filtro prensa e do filtro tambor (material do DRS-1), em diferentes aplicações. Marcelo Montini acrescenta que, embora não faça parte desse item do TAC, a Hydro tem outras frentes estratégicas em relação ao emprego das melhores técnicas e tecnologias para disposição do resíduo de bauxita, como: 1) Filtração, antes o tambor e agora a tecnologia prensa, que deixa o material com característica de sólido e promove uma excelente compactação; e a Reabilitação, que é a restauração da vegetação do local com base nas suas características naturais; Questão 2. Hoje se está misturando no depósito de resíduo, cinza das caldeiras, muito resíduo de pó de cal. Vai haver um espaço adequado para colocar essa cinza, outro para colocar o resíduo de cal? Como se vai usar um resíduo misturado? Marcelo Montini diz que, primeiramente, é importante destacar que a Alunorte tem licença que permite a disposição de cinzas e outros materiais no depósito de resíduos sólidos. Segundo ele, não há e não haverá a separação desses materiais, uma vez que o volume de mistura é insignificante, já que mais de 99% dos resíduos dispostos, é de resíduo de bauxita. Os outros resíduos, como o citado pó de cal, além de serem dispostos em pequenas quantidades, são compatíveis quimicamente com o resíduo de bauxita. Questão 3. Análise e apresentação de toda a composição química da lama vermelha. Há metais pesados? Qual a quantidade que contém de soda cáustica? Marcelo Montini explica que o material em questão não é uma lama, é um material sólido e que a pesquisa está sendo focada nos macro elementos. Os relatórios apresentados referente a este item do TAC não entram nesta avaliação neste momento, mas, em geral, os elementos presentes no resíduo de bauxita são de ocorrência natural, ou seja, são os mesmos presentes na bauxita. Em relação aos elementos encontrados em quantidade mínima, que são os traços, como exemplo, os metais pesados, suas concentrações estão muito abaixo do limite previsto na legislação brasileira. Diz que, em relação à quantidade de soda, o seu teor residual é baixo e foi estimado em -0.5% da massa total do resíduo de bauxita. Questão 4. Qual o percentual de soda na lama para que se possa viabilizar esses projetos? De acordo com Marcelo Montini, a avaliação do teor de soda é feita a partir da coleta de diferentes fases do processo, não é uma barreira técnica dos projetos, uma vez que as pesquisas que estão sendo desenvolvidas têm também como foco o entendimento do papel do sódio na qualidade e aplicação do produto final. Questão 5. Para este item do TAC foi pensado somente na contratação de uma consultoria externa? Foi cogitado no investimento do valor em pesquisas por universidades nacionais e/ou internacionais? Conforme explanado por Marcelo Montini, o Programa de P&D foi constituído por meio do engajamento de parceiros reconhecidos nacional e internacionalmente na aplicação e utilização do resíduo de bauxita. Ele cobre desde institutos de pesquisas, laboratórios de pesquisas internacionais, universidades, grupos industriais locais e internacionais. Questão 6. A bacia de rejeitos antiga recebeu uma manta impermeabilizante? Caso não tenha recebido, estes resíduos não podem estar infiltrando o solo e contaminando-o? Marcelo Montini informa que os depósitos de resíduos sólidos antigos e novos recebem impermeabilização com geomembrana, portanto, não há infiltrações. Questão 7. A Hydro tem licença para despejar cinzas e outros materiais que não sejam lama dentro da bacia de rejeitos? Em resposta, Montini diz que sim, a Alunorte tem licença que permite a disposição de cinza e outros materiais no depósito de resíduos sólidos. Questão 8. As quatro utilizações apresentadas para a utilização do resíduo geram novos resíduos? Quais? Marcelo Montini comentou que em todas as aplicações do Programa o resíduo de bauxita será aplicado

integralmente sem a geração de outros resíduos. Questão 9. Outra pergunta é sobre a possibilidade de ter uma parceria real com a China, como você mostrou na sua apresentação? Pois, dizem que só a China tem a tecnologia de se tirar os metais pesados. Na resposta, Montini esclarece que já está sendo avaliada a viabilidade de estabelecer uma parceria com a China para desenvolvimento de tijolos permeáveis com o resíduo de bauxita que seriam utilizados na pavimentação de ruas, calçadas etc. Questão 10. A soda cáustica utilizada no processamento da Alunorte é prejudicial para a saúde dos trabalhadores e comunidades, principalmente do entorno? O pesquisador Montini responde que o processo da Alunorte é feito com tanques, controle automatizado de processos e áreas de contenção, evitando assim o contato direto com a soda cáustica, seja de trabalhadores, seja da comunidade. Além disso, ações preventivas definidas no programa de saúde e segurança no trabalho da Alunorte controlam os riscos ocupacionais. Questão 11. Questionamento acerca da viabilidade de implementação prática do projeto. Em resposta, ele explica que algumas das áreas de aplicação demonstram ser mais promissoras e essas áreas foram escolhidas para fazerem parte do Programa. Portanto, o Programa de P&D da Hydro foca em setores que têm forte presença no Estado do Pará e grande potencial de absorção de matérias primas alternativas. Além disso, para cada aplicação serão realizados estudos de avaliação de risco e viabilidade com relação aos aspectos econômicos, de mercado, socioambientais, de acordo com o sucesso da etapa em andamento, que agora é o laboratório, bem como das etapas posteriores, protótipo, piloto etc. Findadas as questões postas durante a reunião anterior pelos membros, abre-se à discussão. Cleber Silva levanta pontos a partir da fala de Marcelo Montini. Inicialmente, Cleber compartilha um estudo realizado pelo Professor Basile da Universidade Federal do Pará, contendo a análise da bauxita de Paragominas, que é utilizada pela Alunorte. Este estudo demonstra que foram encontrados metais pesados no material. Mesmo que os níveis sejam baixos, é necessário se levar em consideração que na bacia estão acumulados toneladas desse material, havendo, portanto, uma superconcentração desse material. Então, ele questiona se no projeto, antes do desenvolvimento das aplicações, há o objetivo de fazer a quantificação desse material dentro do rejeito. Cleber Silva considera este um ponto importante, pois são elementos que o ser humano tem baixa tolerância e, mesmo em baixas concentrações, são altamente tóxicos ao meio ambiente. Para ele, outro ponto importante a ser discutido, é sobre impermeabilização da primeira bacia de contenção. Ele lembra que foi informado pela Alunorte, em ocasiões passadas, que a primeira bacia não havia recebido impermeabilização, já que, na primeira fase da indústria, a legislação brasileira era mais branda e não cobrava isso da empresa. Então, se for confirmada a presença de metais pesados no rejeito, eles podem estar percolando e chegando até o lençol freático. Assim, Cleber Silva questiona se há como buscar estas informações e desenvolver pesquisa nesse sentido. Sobre a aplicação para a agricultura, Cleber Silva argumenta que o simples processo de irrigação do solo com água doce, já provoca a acidificação do solo, portanto, quando se fala em aplicação do material, que teoricamente tem metais pesados e alta causticidade, na agricultura, ele questiona se isto não significaria injetar esses materiais na agricultura, que provavelmente vão entrar na cadeia alimentar por meio dos alimentos a serem produzidos. Cleber Silva considera que estes são pontos cruciais para que se possa caminhar nesta discussão e para que a sociedade possa ter clareza de como a empresa está pensando esses questionamentos. Sobre a questão de metais pesados, Marcelo Montini reforça que todos os elementos traços do resíduo de bauxita estão em quantidades bem inferiores aos limites máximos estabelecidos pelas normas de lixiviação

e solubilização da ABNT NBR 10004. Marcelo Montini explica que todas as aplicações apresentadas têm uma próxima etapa de avaliação ambiental. Acrescenta que, assim que todos os produtos estiverem otimizados, será feita uma análise dos microelementos. Outra investigação a ser feita será das lixiviações do próprio produto para avaliar se nesses extratos líquidos haverá presença de algum elemento preocupante. Tratando especificamente sobre condicionadores de solo, Montini explica que são feitos escalonamentos, ou seja, testes com amostras de pequenas gramas até alguns quilos. Outro ponto é que não será utilizado resíduo de bauxita diretamente na Agricultura, mas combinado com outros insumos agrícolas, como o caroço do açaí, além da utilização de processos biotecnológicos como microrganismos naturais para transformação em um produto eficiente e seguro, que é o condicionador de solo. A ideia é que, depois da transformação, sejam avaliadas as características de funcionalidade desse condicionador de solo. Ainda em resposta a Cleber Silva, Paschoal Cataldi, acrescenta que a informação dada por Marcelo Montini acerca da impermeabilização das duas bacias é fruto de um histórico que foi resgatado sobre o depósito de resíduos. Foram analisados documentos da época da construção da empresa e foi identificado que já se empregava a membrana. Além disso, a Hydro tem ao redor de todo o depósito de resíduos, vários poços para acompanhamento e monitoramento dos lençóis freáticos, e nunca foi identificada a contaminação por conta da bacia. Outro fato importante é que, mesmo no resíduo do Depósito 01, há a característica da alta sedimentação do material, o que vai tornando cada vez mais impermeável o depósito. Cleber Silva enfatiza que são pesquisas e que precisamos esperar os resultados para continuar o debate e defende a importância da participação da sociedade em seu desenvolvimento. Marcelo Montini diz que é um grande desafio e por isso estão trabalhando em diferentes frentes, e em conjunto com a Universidade Federal do Pará (UFPA). Jackeline Sales pede esclarecimentos sobre o que são macroelementos e microelementos e a composição química da lama. Pergunta, ainda, com quem foi feita a parceria na UFPA. Questiona qual a destinação do gás que está sendo investigado para reutilização da bauxita. Marcelo Montini esclarece que, quando se fala de macroelementos, são os elementos que somados, representam 99% da composição do material. Quando falamos de traços, eles se apresentam em partes por milhão ou partes por bilhão. Cleber contribui a este esclarecimento e complementa sobre a questão das parcerias. Ele enfatiza que dentro da universidade existem várias vertentes de pesquisa. Existe a vertente tecnológica, que se preocupa mais com o produto final, e existe outra, em que estão os químicos ambientais, que vão se preocupar em saber como determinado material vai reagir com o meio ambiente e impactar o ecossistema. Ele acredita que seria importante que o escopo da pesquisa dialogue com todas as vertentes. Cleber ainda questiona se vai ser utilizado todo o material da bacia de rejeitos, e o que será feito do que não for utilizado. Jackeline questiona se não é contraditório fazer pesquisas sobre a presença de metais pesados somente no final do desenvolvimento dos novos materiais. Ela justifica a questão por conta da incidência de pessoas doentes em sua região, com exames positivos para a presença de metais pesados. Por isso, a população precisa saber de onde parte esta contaminação. Ricardo Negrini explica que a composição dos resíduos de bauxita é bem conhecida pela Hydro. É sabido que existem microelementos nesse material que são danosos à saúde. A utilização desse resíduo vai ser feita mediante processos, não do resíduo puro, vão passar por processos juntamente com outros elementos, e o resultado disto vai gerar materiais que vão ser verificados quanto ao risco à saúde. Marcelo Montini comentou que a discussão sobre os potenciais riscos associados aos microelementos deve ser feita de forma cuidadosa e não

generalizada, considerando, portanto, de forma objetiva, o elemento em questão, a sua concentração e o seu limite máximo permitido, segundo uma norma ambiental específica. Marcelo Montini informa que os grupos parceiros deste programa na UFPA foram selecionados pela experiência comprovada e reconhecida com o tema em questão. Marcelo Montini reforça que, em todas as pesquisas do Programa, haverá uma rigorosa etapa de avaliação ambiental dos produtos finais. Como exemplo, ele cita a pesquisa de condicionador de solo com o Instituto SENAI de Inovação, a qual prevê testes de lixiviação por colunas e estudos com plantas em casa de vegetação. Com relação ao gás, ele esclarece resumidamente que o gás fica em altas profundidades, e para ser extraído, ele percorre um caminho até chegar à superfície, assim, com o tempo, esses caminhos podem ser fechados naturalmente e, para que isso seja evitado, propantes são adicionados. Mário Santos demonstra preocupação com a viabilidade do projeto, lembrando de outros projetos que não obtiveram êxito na utilização de resíduos da bauxita. Mário questiona, ainda, se há a preocupação dos pesquisadores com a viabilidade técnica e econômica do projeto. Ele pergunta, se no escopo da pesquisa está sendo investigado quanto de investimento será necessário para sua implementação e viabilização. Mário lembra de outro projeto executado pela Vale, de utilização do resíduo da bauxita para a construção de casas, em que, posteriormente, foi avaliada a inviabilidade do projeto, já que impactaria negativamente os ceramistas produtores de tijolos e telhas do município de Abaetetuba e Icoaraci, em Belém. Outra pergunta dele é se a pesquisa está apontando uma avaliação de mercado também. Marcelo Montini diz que as pesquisas estão sendo baseadas em aplicações que deram certo em algum lugar do mundo, considerando que os resíduos de bauxita são diferentes em distintas refinarias. O segundo aspecto levado em consideração foi a viabilidade econômica, diz que foram feitas pesquisas que concluíram que as aplicações têm destinação à segurentos fortes e à aplicação faz sentido. Segundo Montini, dentro da Hydro, há uma estrutura interna para avaliar também aspectos de mercado. Ricardo Negrini pergunta se a destinação do resíduo do filtro tambor é a mesma que está sendo pensada para o filtro prensa. Montini explica que algumas aplicações podem ser empregadas diretamente, enquanto para outras, podem depender de alguns ajustes tecnológicos. **O Procurador Ricardo Negrini solicita que sejam disponibilizadas ao MPF as pesquisas de monitoramento de contaminação do lençol freático pela Hydro em 10 dias.** Caso não haja nenhum problema, ele solicitará a disponibilização e discussão desses documentos no âmbito do Comitê Técnico. Ricardo Negrini ainda reforça a questão de Mário Santos sobre a viabilidade econômica, logística e prática do projeto. Ele argumenta que, **nos relatórios semestrais enviados pela Hydro, é importante que já haja essas informações sobre a viabilidade.** Ele defende ser fundamental trabalhar do início ao fim com a perspectiva de viabilidade para que, ao final, não se tenha uma pesquisa que não possa ser posta em prática pela inviabilidade econômica. Jackeline Sales questiona se o resíduo depositado nos depósitos podem provocar doenças nas pessoas. Cleber Silva diz que não é possível afirmar se não houver uma análise do espectro do que o resíduo contém e estudos toxicológicos desse material. **Mário Santos e Cleber Silva acordam o compartilhamento do estudo apresentado por Cleber.** Assim este tema é finalizado. O próximo ponto de pauta a ser discutido seria a **3. Estruturação e funcionamento do Comitê de Acompanhamento com o item 3.1 Regimento Interno do Comitê de Acompanhamento.** Porém, foi decidido pelos membros de que **este tema será tratado em reunião extraordinária no dia 12 de agosto de 2020 e em uma próxima reunião no dia 27 de agosto de 2020.** Em o que ocorrer, Edane Acioli relembra que uma das tarefas do Comitê de Acompanhamento do

TAC é a de receber críticas, sugestões ou reclamações oriundas das comunidades de Barcarena e entorno destinadas ao aprimoramento do TAC, informa que a Secretaria Executiva do CA é um canal do Comitê de Acompanhamento para esse recebimento. Assim, está tratando as solicitações que recebe em seus canais disponibilizados ao diálogo com as comunidades. Informa que uma dessas comunicações veio do Instituto dos Ribeirinhos do Pará na pessoa de Paulo Feitosa, solicitando a participação na elaboração do Plano de Aplicação dos recursos advindos das multas do TAC e aplicado no FEMA. Edane Acioli questiona qual fluxo a Secretaria Executiva deverá adotado para encaminhamento desse tipo de demanda. **Com relação ao conteúdo da solicitação, discute-se que o próprio andamento da discussão sobre o recurso do FEMA e a constituição do Comitê de Acompanhamento vai contemplar a demanda por participação da sociedade civil neste processo. Fica encaminhado que, periodicamente, a Secretaria Executiva trará à reunião do Comitê de Acompanhamento do TAC o conjunto dessas demandas, de forma sistematizada.** Finalizando a reunião, Edane Acioli agradece a participação de todos e todas. Após as manifestações dos presentes, foi dada por encerrada a reunião às 17:50h, o IEB, na condição de Secretaria Executiva, lavrou a presente ata.